



FORMAR PARA O MERCADO DE TRABALHO: A RETÓRICA DA COMPETÊNCIA E COMPETITIVIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Mariléia Maria da Silva*

Resumo

Este trabalho consiste em analisar em que medida a formação nos cursos de graduação tem contribuído para reforçar o discurso da competitividade e competência, concepção pautada em princípios exclusivamente mercadológicos. Trata-se de uma pesquisa com ex-bolsistas de iniciação científica. Participaram do estudo, respondendo a um questionário, 31 graduados com idades entre 22 a 36 anos, formados entre os anos de 2002 e 2005, egressos da Universidade do Estado de Santa Catarina, pertencentes aos cursos de Biblioteconomia, Geografia, História e Pedagogia.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Jovens; Formação; Emprego; Rede de Relações Sociais.

INTRODUÇÃO

“Educar para o desemprego”: nas duas últimas décadas essa parece ser a tônica predominante, ainda que não assumida, nos cursos de graduação. Passou o tempo em que o ingresso na universidade representava clara perspectiva de emprego e condições de trabalho diferenciadas; caracterizadas por contratos de trabalho definitivos, com carteira de trabalho, salários menos aviltantes, desempenho de funções de acordo com a formação, perspectiva de carreira, e até de aposentadoria dentro da mesma empresa. Esse ideal de emprego, embora longe de se concretizar para a maioria dos candidatos, alimentava o desejo de muitos jovens, e, pode-se dizer, constituía a realidade para uma parcela significativa.

Não estou defendendo a existência de um passado idílico, em que a passagem da escola para o mundo produtivo era um processo equilibrado, em contraposição a um presente caótico e injusto. Apenas afirmo que nos dias atuais se vive a ruptura do paradigma que orientou a constituição do significado do que é “ter um bom emprego” e, por conseguinte, do que é “ser um bom trabalhador”.

Essa questão constitui um indicativo importante para a compreensão das relações que se estabelecem entre formação universitária e o ingresso no mercado de trabalho. Para os jovens,

diante da certeza do emprego incerto, nada mais resta a não ser “se preparar para o mercado de trabalho”.

O presente artigo pretende examinar em que medida a formação nos cursos de graduação tem contribuído para reforçar a retórica da competitividade e competência, tão comum no mercado de trabalho, ancorada na ideologia neoliberal.

1. A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS NOS ANOS DE 1970 E 1980: A CRENÇA NA MOBILIDADE SOCIAL PELA EDUCAÇÃO.

Theodoro Schultz, na década de 1950 nos Estados Unidos, idealiza a Teoria do Capital Humano, cujo propósito era o de explicar as razões pelas quais alguns países desenvolvem-se e outros não alcançam o mesmo nível de desenvolvimento. Para Schultz, a resposta à questão estaria no investimento em capital humano, ou seja, em educação. Refere-se à educação como um capital humano porque se torna parte da pessoa que a possui. Esse capital não apenas proporciona satisfação a quem o detém como também possibilita o incremento de ganhos futuros. Segundo o autor, trata-se de uma forma de investimento individual, cujos resultados podem ser compartilhados por todos. Em outros termos, quando cada um, individualmente, progride a partir de seus próprios investimentos, a tendência é que isto reverbere positivamente no coletivo.

A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que em [sic] alguns aumentos importantes na renda nacional são uma

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Educação (Fued) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: marileiamaria@hotmail.com.

Recebido para publicação em: 11/08/08.

consequência de adições a esta forma de capital. Embora esteja longe de ser algo fácil de colocar esta hipótese em comprovação, há vários indícios de que alguns, e talvez uma parte substancial, dos aumentos inexplicados na renda nacional nos Estados Unidos são atribuíveis à formação desta espécie de capital.¹

O autor² vai mais longe quando afirma que a capacidade de obter conhecimento a partir do investimento nas potencialidades humanas faz com que alguns países se diferenciem dos outros no que diz respeito, por exemplo, ao nível de desenvolvimento tecnológico. Por essa ótica, estaria então, elucidada, a questão da origem da pobreza e da riqueza entre os países.

No contexto do *milagre brasileiro* (1968-1972), essas idéias foram rapidamente incorporadas e difundidas pelos organismos internacionais como resposta às desigualdades sociais, seja entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, seja como explicação das diferenças entre os próprios indivíduos (FRIGOTTO, 1996)³. Conforme o autor, na Teoria do Capital Humano:

A idéia-chave é a de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral de desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.⁴

Seguindo, ou não, a esteira da Teoria do Capital Humano, os estudos que têm como objeto o exame das oportunidades ocupacionais e a sua relação com o nível de escolaridade não são recentes. Pastore (1979)⁵, Gouveia (1981)⁶, Prandi (1982)⁷ e Spósito (1989)⁸, já apresentavam preocupação com esta temática. Para fins deste trabalho, discutirei duas obras importantes que marcaram os estudos sobre a relação entre escolarização, mobilidade social e emprego: *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*, de José Pastore⁹, e *Os favoritos degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil*, de Reginaldo Prandi.¹⁰

Mesmo sob diferentes matizes, esses autores buscam, a partir de investigações empíricas ou apoiando-se em dados secundários, estudar os efeitos da escolaridade, sobretudo o ensino superior, nas formas de ingresso no mercado de trabalho.

Contudo, faz-se necessário situar tais trabalhos dentro das preocupações de sua época. Pastore¹¹ teve como objetivo principal

discutir a mobilidade social por meio da educação. Ao trabalhar com dados referentes às gerações nascidas entre as décadas de 1910 e 1950, que entraram no mercado de trabalho no período compreendido entre os anos de 1920 e 1970, o autor¹² salienta que o ingresso no mercado de trabalho está associado ao momento econômico de cada época. Todo esse período abrange as características de uma economia agrária que transita para um modelo industrial.

Pastore¹³ parte da hipótese de que os indivíduos nascidos entre os anos de 1943 e 1953, e que se inseriram no mercado de trabalho entre os anos de 1960 e 1970, gozariam de melhores oportunidades de emprego, *status* mais elevado e teriam ascendido socialmente quando comparados aos indivíduos mais velhos. Segundo o autor¹⁴, a mobilidade depende das oportunidades de mercado, mas também das condições do ponto de partida, constatando que a proporção de indivíduos que entram no mercado de trabalho em idade precoce é alta, embora tivesse sofrido uma ligeira queda a partir dos anos de 1970.

Analisando os diferentes grupos etários, o autor¹⁵ demonstra que quanto mais cedo o indivíduo ingressa no mercado de trabalho, mais baixo é o seu *status* ocupacional e, inversamente, quanto mais tarde ocorre o ingresso, melhores são as condições e maiores são as possibilidades de uma trajetória ascensional. No entanto, pondera o autor¹⁶, é importante destacar que a idade de entrada no mercado de trabalho está relacionada com a origem social e o nível educacional dos indivíduos.

Ainda sustenta que existe uma tendência de mudança no que se refere à forma de ingresso no mercado de trabalho, considerando-se o *status* ocupacional. Em períodos anteriores, o ingresso com baixo *status* era maior do que o verificado na década de 1970, ou seja, indivíduos mais jovens passaram a se inserir no mercado de trabalho em níveis mais altos. Tal fato estaria relacionado à diminuição das ocupações rurais, que, por suas próprias características, não ofereceriam possibilidades

de postos mais elevados.

Concordo com o autor quanto ao fato de que aquele momento – a passagem de uma economia de base agrícola para um modelo calcado na industrialização – permitiu que os jovens pudessem ingressar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis. Porém, não me parece que essa situação fosse estendida a todos em iguais condições.

Ainda que o desenvolvimento do setor industrial no Brasil pudesse criar oportunidades de emprego mais favoráveis, o que de certa maneira possibilitaria uma inserção profissional dos jovens



a capacidade de obter conhecimento a partir do investimento nas potencialidades humanas faz com que alguns países se diferenciem dos outros no que diz respeito, por exemplo, ao nível de desenvolvimento tecnológico. Por essa ótica, estaria então, elucidada, a questão da origem da pobreza e da riqueza entre os países.

em níveis mais altos, especialmente para aqueles com maior grau de escolaridade, pesquisas vão demonstrar que o desenvolvimento da indústria no Brasil, atrelado ao capital externo e, portanto, dependente do seu potencial tecnológico, não necessariamente incorporou de forma “decente” o contingente da força-de-trabalho disponível e em condições de assumir postos condizentes com sua formação (PRANDI, 1982¹⁷; SPÓSITO, 1989¹⁸).

Finalmente, Pastore¹⁹ revela que os filhos de classe alta e média estudam mais e têm melhores oportunidades de emprego. A origem social “*embora não seja um determinante direto do status do filho, tem um grande papel indireto na medida em que discrimina em termos educacionais e, assim, discrimina em termos de ocupação e ascensão social*”²⁰. Nesse sentido, aqueles que concluíram um curso de graduação – pertencentes às camadas sociais com maior poder aquisitivo – estão em melhor situação, pois, na lógica do autor, ao possuírem mais alto nível educacional conquistam posições vantajosas na hierarquia ocupacional.

O autor²¹ conclui afirmando que, apesar das deficiências em termos educacionais, o Brasil teria avançado consideravelmente nas últimas três ou quatro décadas; fruto do dinamismo das forças produtivas, da transformação de uma sociedade rural em urbana e do aumento das oportunidades de emprego no meio urbano.

Seguindo a perspectiva de análise de Pastore²², o início de carreira no Brasil para os egressos de nível superior dos anos de 1960 e 1970 reflete as possibilidades provocadas pela credencial educacional, que, aliada à origem social, condiciona o tipo de inserção profissional dos jovens. Fica evidente, na perspectiva do autor, a crença no processo de industrialização e urbanização como propiciadores da mobilidade social, que, combinada com a ampliação das oportunidades educacionais, tem seus efeitos positivos nas formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. O autor refere-se a uma mobilidade predominantemente estrutural que vai se sobrepor às deficiências individuais, entre elas a inserção precoce no mercado de trabalho e a precariedade educacional.

Uma questão central merece ser destacada quanto à abordagem desenvolvida por Pastore²³: sua adesão aos preceitos da Teoria do Capital Humano. Embora não a faça de maneira explícita, deixa entrever que as possibilidades de ascensão na carreira estão relacionadas ao desempenho educacional do jovem. Mesmo não negando a origem social como um aspecto importante na definição da qualidade da inserção profissional – ou seja, que os filhos dos ricos tendem a conquistar melhores oportunidades –, sua perspectiva é a de que não é a condição social em si que permite uma melhor ou pior inserção, mas sim a possibilidade que tem um filho desse segmento de estudar. Assim, é a crença na educação como credencial para a elevação da qualidade do emprego e, conseqüentemente, a mobilidade social, que orienta sua análise.

Entendo que o trabalho de Pastore²⁴ busca responder a uma inquietação que se fazia presente naquele momento, qual seja: a educação como mecanismo de elevação social associada às condições econômicas experimentadas pelo país na consolidação do processo de industrialização e aos efeitos daí advindos.

Com uma preocupação que, em certo sentido, destoa dos trabalhos anteriores, Prandi²⁵ discute a situação dos profissionais com titulação de nível superior no mercado de trabalho, buscando desmascarar o “efeito mágico” e o *glamour* em torno dos universitários e as possíveis benesses decorrentes dessa condição, sobretudo profissional. Em seu estudo, (o autor)²⁶ já constata as dificuldades que muitos profissionais enfrentam para ingressar no mercado de trabalho dentro das condições aspiradas.

Ao questionar a mídia por divulgar um discurso de que o equilíbrio entre oferta e demanda de força de trabalho seria uma questão de tempo, Prandi²⁷ sustenta que uma das funções da universidade seria justamente garantir a formação de um exército industrial de reserva para esse segmento qualificado da força de trabalho. Ainda alerta que, se a tendência do mercado de trabalho é pagar pela força de trabalho com nível superior o preço equivalente ao de um trabalhador de nível médio, é de se esperar que o sistema educacional rebaixe os custos com a educação. Segundo ele,

É no momento em que a universidade deixa de ser elite para se transformar em universidade de massas que duas coisas acontecem conjuntamente: rebaixa-se o custo social do ensino e a sua qualidade. Esta deve descer aos níveis socialmente necessários, estimulando sempre de forma crescente a competição entre os trabalhadores e alimentando em termos relativos – sempre em termos relativos – o fetiche da mobilidade social como elemento de negação do antagonismo das classes sociais fundamentais.²⁸

Prandi²⁹ empreende uma discussão acerca do trabalho socialmente necessário, requerido aos profissionais de ensino superior, como forma de contribuir na nova divisão social do trabalho, própria da fase imperialista do capital, na qual os processos de produção já desenvolvidos nos países dominantes são transferidos aos países economicamente dominados. Nesse sentido, os estágios de desenvolvimento das forças produtivas locais passam a submeterem-se à hegemonia tecnocientífica dos países que controlam o capital sob a forma de tecnologia. Nesse estágio, caberia à política nacional, no que tange ao investimento em ciência e tecnologia, contribuir para que ocorra a adaptação à implantação da tecnologia a ser consumida.

O papel da universidade como centro criador voltado para a





pesquisa é prescindido em favor de uma atuação mais adaptada aos imperativos do capital monopolista. A questão que se coloca é, então, a de se compreender como o profissional de nível superior é incorporado pelo mercado de trabalho, o tipo de qualificação que lhe é exigida e as condições de trabalho a que está submetido. Partindo de exemplos de alguns profissionais de nível superior, o autor demonstra como estariam se submetendo ao processo de adaptação à lógica do capital em sua fase monopolista³⁰.

O autor³¹ parte da medicina, profissão que durante muito tempo ocupou os mais altos níveis de prestígio social, para apontar que a forma de atuação do médico, pequeno-burguesa, lhe rendia a possibilidade de exercer um domínio político sobre sua clientela. O médico era também um homem público que utilizava seu exercício profissional, especialmente entre a população empobrecida, para exercer seu poder político-ideológico em favor dos interesses da elite local da qual fazia parte.

Esse tipo de relação vai desaparecendo com o crescimento do proletariado urbano que pressiona o Estado para garantir a extensão do serviço médico

como uma necessidade de sobrevivência. Determinados serviços aos poucos vão sendo privatizados sob diversas modalidades, com a interferência do Estado, e o profissional da medicina torna-se um assalariado que se vê na condição de vendedor de sua força de trabalho em troca de salários aviltados, situação que se agrava com um mercado de trabalho saturado na área.

Entre os dentistas, a situação não era diferente – apenas 5% da população brasileira tinha acesso aos consultórios particulares. Também a prática de combinar trabalho assalariado e atendimento em consultórios coletivos ou próprios é uma marca desses profissionais, que vêem nessa última opção uma estratégia individualista de escapar da condição de assalariado.

Os engenheiros, especialmente os engenheiros civis, diferentemente dos dentistas, surgem no Brasil como profissionais que atuam no interior das empresas, privadas ou estatais. Em seu início, a profissão de engenheiro esteve associada ao aparelho do Estado como “arte militar” para garantir a segurança e a consolidação da identidade nacional. Posteriormente, com o aumento

da demanda desses profissionais na instalação de hidroelétricas, serviços de transporte urbano, saneamento, gás e outros, o engenheiro torna-se figura-chave no controle e organização da força de trabalho braçal, bem como vai participar ativamente do planejamento das obras, cargo ocupado preferencialmente por profissionais estrangeiros ligados às próprias companhias que atuavam nesses setores. Segundo Prandi, “na comparação inversa com o médico da época, o assalariamento era condição de ascensão social e de poder, uma vez que sua atividade – técnica, administrativa e política – só podia ser desenvolvida no interior da empresa capitalista ou do serviço público”³².

A instalação da grande indústria internacional no país modifica profundamente o papel do engenheiro. Dotadas de organização e tecnologias avançadas, as grandes indústrias vão dispensar o desenvolvimento da engenharia local e atribuir aos engenheiros, de um lado, funções técnicas operacionais associadas à adaptação dos “pacotes tecnológicos” importados, e, de outro, função de administradores. Esse engenheiro irá concorrer com o técnico sem formação universitária e outros profissionais de nível universitário formados para atender a parcelização crescente do trabalho intelectual. Assim, o engenheiro, como os demais profissionais de nível superior, perde sua condição de trabalhador polivalente, já que não há mais a necessidade desse tipo de profissional, passando a fazer parte do exército de reserva dos trabalhadores com diploma de nível superior.³³

A relevância de seu estudo sobre a situação profissional dos universitários reside justamente na desconstrução do discurso, tão propalado na época, de que o crescimento do país estava fortemente associado ao desenvolvimento do seu capital humano.

Com o fito de conhecer as expectativas dos futuros profissionais de nível superior em relação ao mercado de trabalho, Prandi³⁴ realiza entrevistas com estudantes de graduação em fase inicial e final do curso, abrangendo quatro carreiras: Medicina, Engenharia, Letras e Economia. O autor parte da hipótese de que os alunos tendem a perceber as questões relativas à universidade a partir do imediatismo de sua condição de aluno.

As entrevistas deixam transparecer a crença liberal do sucesso individual. Os estudantes tendem a apresentar soluções individualistas para os problemas; seus discursos são permeados de pessimismo e decepção. Acreditam que o papel da universidade é de ser mais integrada com a sociedade. E é o próprio estudante que deverá intervir para transformá-la, imperando aí, para o autor, os princípios elitistas e autoritários que regeram, no passado, a iniciativa de dotar o país de uma fonte de produção das futuras elites dirigentes.

As preocupações do autor incidem sobre uma análise da própria universidade como objeto de aspiração de uma classe média recessa com a possibilidade da perda de um espaço de “reprodução” e ascensão social³⁵. Ao mesmo tempo, alertam para o seu papel de produtora de um saber que, tendencialmente, tem se limitado a contribuir para a lógica da subserviência ao capital internacional, manifestada, entre outras formas, pela formação de um profissional parcelizado. Assim, a questão da relação entre esses profissionais e o mercado de trabalho adquire um significado que extrapola a noção de um desequilíbrio entre

oferta e demanda, e a magnitude de sua análise está na apreensão dessa relação enquanto uma condição inerente à própria dinâmica do capital.

O estudo de Prandi³⁶ é relevante porque põe em xeque a visão predominante, à época, de que a universidade estaria constituindo-se como o espaço, por excelência, para o desenvolvimento de um saber tanto humano quanto tecnológico, capaz de elevar o país de sua condição de “subdesenvolvido” para a de “desenvolvido”; assim negando um dos pilares da Teoria do Capital Humano.

O autor tem o mérito de realizar tal crítica a partir da investigação das condições concretas em que se encontravam os principais “portadores e consumidores” desse capital: os estudantes e profissionais diplomados em nível universitário.

Pelo mergulho na realidade profissional desses sujeitos, entendendo tal realidade tanto em termos de suas experiências quanto de suas expectativas, que o autor percebe que as supostas vantagens sociais propiciadas por um processo de desenvolvimento tecnológico não se efetivam. As condições de inserção profissional para os egressos da universidade vão se dar dentro dos ditames estabelecidos por uma política econômica subjugada aos interesses do capitalismo em espectro mundial.

Quando busco apresentar estudos que se destacaram sobre a questão do ensino superior e o mercado de trabalho, percebo que, gradativamente, a discussão sobre o ensino superior e as perspectivas de mobilidade social vão ganhando outros contornos, mais complexos, sobretudo quando a promessa das benesses advindas do processo de industrialização do país vai dando sinais de que a relação causa e efeito – mais educação resulta na garantia de emprego em condições mais favoráveis – não se efetiva.

Percebo que é a partir desse cenário que se pode compreender a inserção dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho da época. O rebaixamento do padrão salarial, conjugado com o crescimento das oportunidades ocupacionais vinculadas ao comércio e prestação de serviços, e a interrupção do dinamismo industrial das décadas precedentes, tiveram seu impacto nas condições de ingresso dos profissionais de nível superior no mercado de trabalho. Uma situação que destoa das análises mais otimistas apresentadas por Pastore³⁷.

2. A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E A FORMAÇÃO ESCOLAR.

Tornou-se lugar-comum afirmar que a escola é ineficiente porque não prepara para o mercado de trabalho.

É curioso notar que o termo “mercado de trabalho” vem sendo invariavelmente mencionado em construções sintáticas que criam a impressão de que se trata de um sujeito com vontades próprias, tido como exigente, ardiloso e, não obstante, eficiente e justo para aqueles que souberem atender aos seus caprichos. É mais ou menos essa concepção que paira nos discursos midiáticos, mas que também se manifesta nas instituições educacionais, em especial no meio universitário.

Paro³⁸, há quase uma década, ao refletir sobre as decorrências de uma gestão escolar guiada a partir de valores neoliberais,

afirmou que as escolas básicas no Brasil têm sido estimuladas a aplicar o mesmo princípio da gerência da “qualidade total”³⁹ que é empregado na empresa capitalista. E argumenta que, sob o capitalismo, esse modelo gerencial implica na administração racional de recursos visando o controle do trabalho alheio. Ou seja, a finalidade da educação que está relacionado à constituição de sujeitos livres é substituído pela dominação do trabalhador, objetivando, em última instância, a apropriação do excedente para garantir a acumulação capitalista.

O autor⁴⁰ informa que a matriz ideológica desse modelo gerencial está no liberalismo econômico, que se caracteriza pela crença nas qualidades do mercado livre para orientar as relações sociais. Portanto, a noção de liberdade referida diz respeito à necessidade de deixar que as relações sociais se dêem de acordo às regras do mercado, sem que haja interferência em seu “natural” desenvolvimento. Assim, a liberdade é tomada como o oposto de prisão. Conforme Paro, “*a lei do livre mercado, na sociedade capitalista, mesmo se referindo a relações entre os homens, não deixa de ser uma lei natural, pois faz parte de suas condições de funcionamento que ela aja sem que o homem, enquanto ser histórico, interfira em sua ação e em seus efeitos*”⁴¹.

A educação é entendida como o processo de acumulação do saber historicamente acumulado pela humanidade, e a escola como espaço de sistematização desse conhecimento. Nesse sentido, compreende que essa cumpre um papel de extrema relevância,

• • •

discussão sobre o ensino superior e as perspectivas de mobilidade social vão ganhando outros contornos, mais complexos, sobretudo quando a promessa das benesses advindas do processo de industrialização do país vai dando sinais de que a relação causa e efeito – mais educação resulta na garantia de emprego em condições mais favoráveis – não se efetiva.

• • •

há um entendimento equivocado por uma parcela de educadores de que a escola deve ser motivo de preocupação nacional na medida em que pode oferecer algum retorno para o sistema econômico, bem como a idéia de que a falta de empregos e a impossibilidade de mobilidade social está diretamente relacionada à pouca formação do candidato, como se a escola, per se, fosse capaz de criar empregos e garantir a ascensão social.

pois, ao viabilizar de modo sistemático e organizado o acesso à educação, torna-se mediação indispensável para a cidadania.

A gravidade é que a expectativa que atualmente se coloca é a de que a escola seja capaz de “preparar para o mercado de trabalho”. Segundo o autor⁴², mesmo no ensino fundamental tal perspectiva está presente, pois na mais primária tarefa de alfabetização é perceptível a noção de que aprender a ler e escrever deve resultar em melhores empregos. Então se questiona: em que medida a escola deve enfatizar a vinculação entre o conhecimento e a preparação para o mercado de trabalho? Reafirma seu entendimento de que à escola fundamental cabe a tarefa de atualização do saber histórico-cultural dos cidadãos, ou seja, a preparação para o viver bem, e não viver para o trabalho.

Na visão de Paro⁴³, há um entendimento equivocado por uma parcela de educadores de que a escola deve ser motivo de preocupação nacional na medida em que pode oferecer algum retorno para o sistema econômico, bem como a idéia de que a falta de empregos e a impossibilidade de mobilidade social está diretamente relacionada à pouca formação do candidato, como

se a escola, *per se*, fosse capaz de criar empregos e garantir a ascensão social.

Existe ainda um terceiro argumento falacioso de que o sistema produtivo depende da escola para uma formação acadêmica cada vez maior e mais atualizada para todos, como se o capital de fato fizesse uso da totalidade da força de trabalho qualificada disponível. Na verdade, ocorre que, sob o capitalismo, a necessidade de uma boa formação acadêmica sempre esteve restrita a um número reduzido de pessoas. A grande maioria dos trabalhadores fica a mercê das “intempéries” do capital; portanto, não cabe a escola básica sujeitar-se ao capital.

Conforme Paro:

Assim, a escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho, não quando tenta diretamente formar profissionais para exercer suas funções no sistema produtivo, mas quando deixa de lado suas outras funções sociais relacionadas à dotação de um saber crítico a respeito da sociedade do trabalho alienado, pois não preparar para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele.⁴⁴

Se o cenário no ensino básico aponta para um caráter mimético da concepção educacional em relação ao mercado capitalista da “livre concorrência”, o ensino superior tem sido palco privilegiado dessas práticas.

Em pesquisa realizada em 2001 com estudantes de graduação pertencentes aos cursos de Administração, Economia e Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), Gurgel⁴⁵ investiga em que medida a nova tecnologia de gestão converteu-se em principal veículo de transmissão dos valores ideológicos neoliberais. Os estudantes pesquisados, em diferentes fases do curso, são submetidos a um questionário contendo 19 sentenças de teor comum ao mundo dos negócios (visão apologética sobre o livre comércio, o fim do emprego, a sociedade sem patrões, a privatização).



O autor⁴⁶ conclui que há grande aceitação das sentenças entre os primeiros anistas dos três cursos. No geral, iniciam o curso com um discurso antiestatista, defensores da gestão da qualidade total como sinônimo de eficiência e produtividade, acreditam que educação e qualificação garantem a permanência no emprego e vêem a globalização como um processo inevitável e vantajoso para todos. Porém, entre os acadêmicos dos cursos de Economia e Engenharia de Produção, tende a haver uma queda quanto ao grau de aceitação das sentenças entre os concluintes do curso. O contrário é verificado entre os alunos do curso de Administração, cujo nível de concordância aumenta na medida em que finalizam o curso. O que coloca o curso de Administração como espaço, por excelência, para a formação de gestores para o capital.

Para o autor⁴⁷, deve-se ainda destacar a ampla difusão diuturna dessas idéias por parte de veículos de comunicação especializados e não especializados, como revistas, programas televisivos e radiofônicos, e sites de negócios da internet.

Tanto Paro⁴⁸ quanto Gurgel⁴⁹, embora retratando níveis educacionais distintos, alertam para o caráter neoliberal presente nas práticas educativas. Se o entendimento do sentido da educação nunca esteve a salvo das necessidades impostas pelos requerimentos capitalistas, conforme vimos, tal perspectiva parece ter se tornado dominante nas últimas décadas, especialmente em um momento em que a crise do capital impõe ao Estado a retirada de seu papel como provedor de políticas públicas em favor de uma ação voltada aos interesses privados⁵⁰. Portanto, trata-se da lógica do mercado a guiar o princípio da educação.

3. A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DE 1990: O DISCURSO DA FORMAÇÃO E PREPARAÇÃO INDIVIDUAL COMO ANTÍDOTO NO COMBATE AO DESEMPREGO.

A partir do recorte de uma pesquisa⁵¹ cujo objetivo era analisar as implicações no ingresso ou reingresso no mercado de trabalho de ex-alunos de graduação que durante seus estudos obtiveram alguma modalidade de bolsa de pesquisa científica⁵² ou algum envolvimento com projetos de pesquisa, pude constatar o quanto a incorporação dos discursos apologéticos ao mercado de trabalho está presente, mesmo entre os graduados e pós-gra-

duados provenientes de áreas em que a aceitação aos preceitos mercadológicos costuma sofrer certas resistências. Participaram do estudo, respondendo a um questionário aplicado entre os anos de 2007 e 2008, 31 graduados com idades entre 22 a 36 anos, formados entre os anos de 2002, 2003 e 2004 e 2005, egressos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Os anos 2002/2005 foram escolhidos tendo em vista permitir a visualização da trajetória desses egressos em relação às suas estratégias e expectativas de ingresso no mercado de trabalho após, no mínimo, dois anos da conclusão do curso de graduação. A indagação principal que norteou essa pesquisa reporta-se ao modo como esses jovens, portadores de alguma experiência em pesquisa científica, encontram-se atualmente no mercado de trabalho. O intento foi apreender em que medida a passagem desses egressos por experiências na área de pesquisa científica durante a graduação concorreu para uma inserção diferenciada no mercado de trabalho.

Além do mapeamento das condições atuais dos egressos em relação ao exercício da profissão, situação salarial, origem socioeconômica, trajetória acadêmica, entre outros, o questionário aplicado aos 31 egressos possibilitou perceber, ainda que de maneira breve, a relação que estabelecem entre conhecimento e mercado de trabalho. Dado os limites de espaço, é sobre esta última questão que vamos nos ater neste artigo.

Perguntados sobre quais as razões que os levaram a realizar um curso de pós-graduação, mais de 50% escolheu, como primeira opção de resposta, a “*maior possibilidade de ingressar no mercado de trabalho*”, enquanto a opção “*satisfação pessoal*” foi escolhida por menos de 28% da amostra. Ou seja, a maioria optou, em primeiro lugar, por cursar uma pós-graduação para aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho, o que significa que o critério para o investimento na obtenção de determinado saber é definido, em primeira instância, não pela necessidade de exercer um ofício ou o saber para a fruição, mas como possibilidade de incrementar o currículo, a fim de torná-lo mais atraente na disputa por uma vaga no mercado de trabalho. Essa questão é confirmada quando 87% deles respondem que se sentem preparados para enfrentar o mercado de trabalho. E, na seqüência, informam que se sentem assim “*porque estudam mais*” e “*fazem novos cursos*” (em torno de 42% e 44% respectivamente considerou essas alternativas em primeiro lugar).

TABELA 1
Quais as razões que o levam a fazer uma pós-graduação?

	Primeiro lugar	Segundo lugar	Terceiro lugar
Exigência profissional	2	1	6
Satisfação pessoal	5	6	2
Maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho	10	3	1
Outros	1	0	0
Total	18	10	9

TABELA 2
Você se sente preparado para enfrentar o mercado de trabalho?

Sim	27
Não	2
Não respondeu	2
Total	31

TABELA 3
O que faz para se preparar para o mercado de trabalho?

	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	6º lugar
Estudar mais	13	4	4	2	0	0
Fazer novos cursos	14	9	1	2	0	0
Entregar currículo nas empresas	2	2	3	2	7	0
Buscar informações nos meios de comunicação	2	6	5	8	2	0
Buscar informações pela internet	1	2	9	7	3	0
Não faz nada	0	0	0	0	0	1
Total	32	23	22	21	12	1

A questão seguinte contribui para confirmar a relação pragmática que parece se estabelecer entre o saber e o exercício de uma profissão. Ou seja, quando questionados sobre “o que consideram mais importantes no trabalho”, somente 3,2% considerou

a “relevância social” e “boas relações pessoais e profissionais” como primeira opção. Em contrapartida, essas mesmas opções aparecem respectivamente em último e penúltimo lugar na hierarquia de importância para mais de 57% e 42% dos informantes.

TABELA 4
O que considera mais importante no trabalho?

	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	6º lugar
Salário	7	8	9	4	1	2
Boas relações pessoais e profissionais	1	2	3	8	12	2
Possibilidade de carreira e crescimento profissional	8	6	6	5	2	2
Desempenhar função que esteja de acordo com sua formação	9	3	5	4	4	4
Relevância social	1	2	1	2	7	15
Realização pessoal	5	8	5	7	2	1
Total	31	29	29	30	28	26

Nessa última questão, aparece a incorporação do discurso de que a responsabilidade pela inserção depende de uma capacidade individual de fazer seus próprios investimentos, ao mesmo tempo em que demonstram desconfiança nas formas tradicionais de acesso ao emprego⁵³. Essas têm sido substituídas por formas

particularistas de obtenção de emprego⁵⁴ – os dados apontam que mais de 40% dos egressos conseguiu seu emprego atual por intermédio de amigos –, o que acaba por contradizer o discurso da excelência da competitividade como elemento fundamental na conquista e permanência no emprego.

TABELA 5
Como conseguiu seu emprego atual?

Intermédio de amigos	9
Agencia de recrutamento	1
Anúncio em jornal	1
Internet	1
Intermédio da faculdade	1
Concurso público	6
Outros	3
Total	22

Nesse caso, as redes de relações sociais tendem a desempenhar um papel relevante na aquisição do emprego, bem como na qualidade desse em termos salariais e outros atributos considerados importantes, tais como possibilidade de ascensão e adequação à formação acadêmica. Isso porque a constituição do tipo de rede social está diretamente ligada à origem social, o que implica na necessidade de relativizar o discurso que dissemina a competência e competitividade como antídoto para combater o desemprego, haja vista que esses fatores não levam em consideração os aspectos econômicos e sociais, mas se restringem à esfera da individualidade e do mérito pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas pelo questionário, procurei traçar um perfil desses informantes no que diz respeito à maneira pela qual constroem sua percepção sobre o mundo do trabalho e o saber acadêmico. Pode-se dizer – mesmo correndo o risco de fazer algumas apreensões aligeiradas, que necessitariam de maior nível de aprofundamento – que esses jovens tendem a ver o *mercado de trabalho como um fim em si mesmo*. Trata-se, portanto, de uma visão utilitarista sobre o saber e uma noção economicista sobre o exercício profissional.

O que me parece intrigante nesses dados é o fato de a amostra ser composta por egressos cuja característica comum é ter uma trajetória acadêmica vinculada à pesquisa científica, o que, por suposto, os colocaria em uma condição de exercer maior poder de criticidade a essa perspectiva mercadológica. Mas em que medida esses jovens investigados não estariam “conscientes” do valor da pesquisa científica e das falácias do mercado de trabalho apresentado como uma instituição acima do “bem e do mal”, regido por leis próprias e imutáveis?

Essa é uma questão difícil de responder, mas talvez o fundamental seja a compreensão de dois aspectos interligados. Primeiro, a construção sistemática da noção de educação atrelada aos requerimentos produtivos; o discurso de que a educação garante o sucesso individual e o progresso social, ou seja, a velha, porém não ultrapassada, perspectiva da Teoria do





a precarização das relações de trabalho entendida como rebaixamento salarial, contratos temporários, maior exigência qualificacional sem o devido equivalente de cargo e, em especial, o desemprego entre os jovens, só faz aumentar ainda mais o sentimento de impotência às imposições do mercado de trabalho.

Capital Humano operando no nível da formação ideológica⁵⁵. Segundo – aqui me parece um elemento novo – a precarização das relações de trabalho entendida como rebaixamento salarial, contratos temporários, maior exigência qualificacional sem o devido equivalente de cargo e, em especial, o desemprego entre os jovens, só faz aumentar ainda mais o sentimento de impotência às imposições do mercado de trabalho.

“Formar para o mercado de trabalho” tornou-se uma assertiva que tem reduzido a noção de formação profissional a uma mera instrumentalização, que visa, de um lado, servir como incremento para aumentar as chances de ingresso no mercado de trabalho – e, nesse caso, o que mais importa é a titulação em si –, e, por outro, garantir uma formação técnica e comportamental que responda aos imperativos mais imediatos do setor produtivo, em detrimento de uma compreensão alargada do exercício profissional, no qual valores como ética e compromisso social possam estar presentes.

NOTAS:

¹ SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. p. 79.

² **Id. ibid.**

³ FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1996.

⁴ **Id. ibid.**, p.41.

⁵ PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1979.

⁶ GOUVEIA, Aparecida Joly. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo : Loyola, 1981.

⁷ PRANDI, Reginaldo. **Os favoritos degradados**: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo : Loyola, 1982.

⁸ SPÓSITO, Marília Pontes. **O trabalhador-estudante**: um perfil do aluno do curso superior noturno. São Paulo : Loyola, 1989.

⁹ PASTORE, José. (1979) **op. cit.**

¹⁰ PRANDI, Reginaldo. (1982) **op. cit.**

¹¹ PASTORE, José. (1979) **op. cit.**

¹² **Id. ibid.**

¹³ **Id. ibid.**

¹⁴ **Id. ibid.**

¹⁵ **Id. ibid.**

¹⁶ **Id. ibid.**

¹⁷ PRANDI, Reginaldo. (1982) **op. cit.**

¹⁸ SPÓSITO, Marília Pontes. (1989) **op. cit.**

¹⁹ PASTORE, José. (1979) **op. cit.**

²⁰ **Id. ibid.**, p. 101.

²¹ **Id. ibid.**

²² **Id. ibid.**

²³ **Id. ibid.**

²⁴ **Id. ibid.**

²⁵ PRANDI, Reginaldo. (1982) **op. cit.**

²⁶ **Id. ibid.**

²⁷ **Id. ibid.**

²⁸ **Id. ibid.**, p.20.

²⁹ **Id. ibid.**

³⁰ Conforme pude verificar, o autor analisa as relações capitalistas como próprias de cada época e, neste caso, em um momento em que as “benesses” do Estado de Bem-Estar Social já demonstram sua fragilidade em atender às demandas do capital.

³¹ PRANDI, Reginaldo. (1982) **op. cit.**

³² **Id. ibid.**, p. 72.

³³ KAWAMURA **apud** PRANDI, R. (1982) **op. cit.**

³⁴ PRANDI, Reginaldo. (1982) **op. cit.**

³⁵ O autor defende que a universidade tem sido utilizada por uma parcela da classe média que, diante das dificuldades econômicas de ascensão social, tem enxergado na universidade uma via, se não de ascensão, ao menos de manutenção de seu *status* econômico e social.

³⁶ **Id. ibid.**

³⁷ PASTORE, José. (1979) **op. cit.**

³⁸ PARO, Vítor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica.

In: FERRETTI, C. J.; SILVA JR, J. R. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo**. São Paulo : Xamã, 1999. p. 101-120.

³⁹ Grifos de PARO, V. H. (1999) **op. cit.**

⁴⁰ PARO, V. H. (1999) **op. cit.**, p. 104.

⁴¹ **Id. ibid.**, p. 104.

⁴² **Id. ibid.**

⁴³ **Id. ibid.**

⁴⁴ **Id. ibid.**, p. 112.

⁴⁵ GURGEL, Claudio. A gerência do pensamento: a ideologia neoliberal na formação do gestor. **Trabalho necessário**. Rio de Janeiro, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Gurgel%20TN3.htm>> Acesso em: 28/06/2008.

⁴⁶ **Id. ibid.**

⁴⁷ **Id. ibid.**

⁴⁸ PARO, V. H. (1999) **op. cit.**

⁴⁹ GURGEL, C. (2005) **op. cit.**

⁵⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2000; COUTINHO, Carlos N. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2006. p.173-200; PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2006. p. 67-108.

⁵¹ Esta pesquisa tem como título *A trajetória ocupacional dos alunos bolsistas egressos do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina*. Contou com recursos da Udesc e com a participação de dois bolsistas: Fabrício Sousa Zimmermann (bolsista voluntário) e Luana Maria Silva Adão.

⁵² O universo dos pesquisados foi composto por ex-alunos dos cursos de Biblioteconomia, Geografia, História e Pedagogia que obtiveram bolsas de pesquisas ou estiveram vinculados a algum projeto de pesquisa durante o curso de graduação.

⁵³ Estou considerando como formas tradicionais de acesso ao emprego o contato com agência de recrutamento, o anúncio em jornal, a busca pela internet e o intermédio da faculdade.

⁵⁴ SILVA, Mariléia Maria. **Inserção profissional e condição social**: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. 2004. 249 f. Tese (doutorado), Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis; SILVA, Mariléia Maria. Formas de acesso ao emprego e origem social: o caso dos egressos do ensino superior. In: BIANCHETTI, L.; QUARTIERO, E. M. **Educação corporativa**: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Paulo : Cortez, 2005. p. 161-181.

⁵⁵ GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis : Vozes, 1998. p. 76-99; GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI *et al.* (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo : Autores Associados, 2002. p. 45-60.

ABSTRACT

Mariléia Maria da Silva. *Educating for the job market: the rhetoric of competence and competitiveness in graduation courses.*

This article analyzes to what extent graduation courses have contributed to reinforce the discourse of competitiveness and competence, a conception based solely on marketing principles. It is a research study with former holders of scientific initiation scholarships. Thirty-one students from Santa Catarina State University, aged 22-36, who had graduated between 2002-2005 in Library Sciences, Geography, History and Pedagogy, participated in this study answering a questionnaire.

Keywords: *Job Market; Young People; Education; Employment; Social Relations Network.*

RESUMEN

Mariléia Maria da Silva. *Formar para el mercado de trabajo: la retórica de la competencia y la competitividad en los cursos de graduación.*

Este trabajo consiste en analizar en qué medida la formación de los cursos de graduación ha contribuido a reforzar el discurso de la competitividad y de la competencia, concepción basada en principios exclusivamente mercadológicos. Se trata de una investigación realizada con ex becarios de iniciación científica. Participaron del estudio respondiendo a un cuestionario 32 graduados, de edades entre 22 y 36 años, egresados entre los años 2002 y 2005 de la Universidad del Estado de Santa Catarina, de la carrera de Biblioteconomía, Geografía, Historia y Pedagogía.

Palabras clave: *Mercado de trabajo; Jóvenes; Formación; Empleo; Red de relaciones sociales.*